



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.424, DE 2021

(Do Sr. Carlos Bezerra)

Altera o artigo 183 da Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda constitucional nº 8 de 1965.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-3517/2015.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021
(Do Sr. Carlos Bezerra)

Altera o artigo 183 da Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda constitucional nº 8 de 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 183 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997-
Lei de telecomunicações passa a vigorar com a seguinte redação

Art. 183- Desenvolver clandestinamente atividades de
telecomunicação

Pena- Detenção de dois anos, aumentada da metade se
houver dano a terceiro e multa a ser definida conforme a capacidade
econômica do autor do crime.

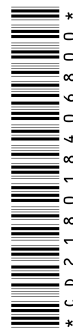
Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 183 da Lei nº 9.472/1997, prevê a multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em caso de atividade clandestina de telecomunicação.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Bezerra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218018406800>





Acreditando que a pena de multa deve guardar proporção com a pena privativa de liberdade e seu montante definido conforme a capacidade econômica do autor do crime, e que a incidência de multa em valor fixo impede a individualização da pena, que pode ser excessiva ou insuficiente.

Assim sendo, a pena d multa deve guardar proporção com a pena de liberdade e ter seu montante definido conforme a capacidade econômica do autor do crime.

Diante do exposto, esperamos contar com o necessário apoio de nossos pares nesta casa para transformar em norma jurídica ste Projeto de Lei.

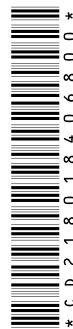
Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado CARLOS BEZERRA

multipartFile2file2873529023437384362.tmp



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Bezerra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218018406800>



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
LIVRO III
DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES
.....

.....
TÍTULO VI
DAS SANÇÕES
.....

CAPÍTULO II
DAS SANÇÕES PENAIS

Art. 183. Desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação:

Pena - detenção de dois a quatro anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro, e multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, direta ou indiretamente, concorrer para o crime.

Art. 184. São efeitos da condenação penal transitada em julgado:

I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime;

II - a perda, em favor da Agência, ressalvado o direito do lesado ou de terceiros de boa-fé, dos bens empregados na atividade clandestina, sem prejuízo de sua apreensão cautelar.

Parágrafo único. Considera-se clandestina a atividade desenvolvida sem a competente concessão, permissão ou autorização de serviço, de uso de radiofrequência e de exploração de satélite.
.....
.....

FIM DO DOCUMENTO